

# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## PROCURADORIA - GERAL

Barueri, 11 de abril de 2022

### PARECER JURÍDICO

026/2022



PJU

De: Procuradoria-geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Fiscalização das entidades do terceiro setor, subvencionadas pelo município, Cultura e Esportes.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 023/2022.

Autoria: MARIDALVA AMORIM DOS SANTOS RODRIGUES.

Fls. Nº	03
Proc. Nº	023/2022

Dispõe sobre:

**"INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BARUERI O DIA DO CÍRCULO DE ORAÇÕES, QUE SERÁ COMPATÍVEL, ANUALMENTE, COM A SEMANA DA CULTURA CRISTÃ".**

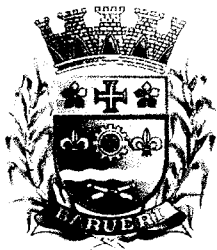
### Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da Nobre Vereadora Maridalva Amorim dos Santos Rodrigues, que pretende instituir no calendário oficial do município de Barueri o Dia do Círculo de Orações, que será compatível, anualmente, com a semana da cultura cristã.

A cultura constitui direito social assegurado pela Constituição Federal, não além disso, segundo a Carta Magna *"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais"* (art. 215).

Portanto, compete também ao município garantir o exercício dos direitos culturais no seu âmbito de atuação, adotando políticas públicas aptas a ampliar o acesso à cultura, bem como incentivando as manifestações culturais locais.





# Câmara Municipal de Barueri

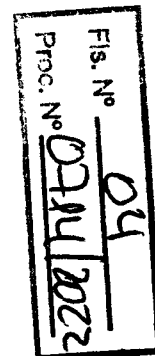
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## P R O C U R A D O R I A - G E R A L

A propósito, registra-se que é na qualidade de evento cultural que se reconhece a legitimidade do município de criar referida data comemorativa, relacionada à questão religiosa, mas de cunho cultural, cristã cultural.

Ademais, diferente dos feriados religiosos, não há limitação em relação ao número de datas comemorativas instituídas pelo município, o qual pode criar tantas datas comemorativas quantas entender pertinente e importante para a cidade e os interesses locais.



### Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

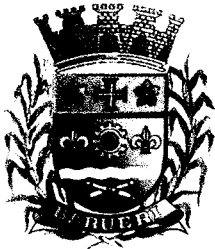
Portanto, o nobre autor desta propositura atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

### Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso IV, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

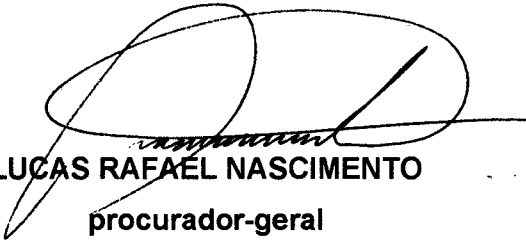
## PROCURADORIA - GERAL

- b) Parecer da Comissão Fiscalização das entidades do terceiro setor, subvencionadas pelo município, Cultura e Esportes (artigo 50, § 8º, do RI);
- c) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- d) Quórum: maioria simples dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- e) Votação simbólica (artigo 189, inciso I, do RI);

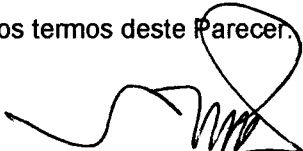


**Sugere-se**, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada. Ademais, **sugere-se** a supressão do trecho final do artigo 1º, “a ser festejado nos templos de todas as denominações Cristã”, tendo em vista que a comemoração da data nas comunidades religiosas deve ser facultativa, mas o texto passa a impressão que seria ato obrigatório, que seria uma imposição da Administração.

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.

  
**LUCAS RAFAEL NASCIMENTO**  
procurador-geral  
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.

  
**MARCOS PEREIRA DA SILVA**  
Assessor da secretaria-geral

